



PROGRAMA CNU DE AÇÃO AFIRMATIVA BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA

RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
PRELIMINAR – JULHO/2025



PROGRAMA CNJ DE AÇÃO AFIRMATIVA



BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA

**Relatório de Monitoramento Preliminar
Julho/2025**





CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros e conselheiras:

Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Renata Gil de Alcantara Videira
Mônica Autran Machado Nobre
Daniela Pereira Madeira
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Guilherme Guimarães Feliciano
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Ulisses Rabaneda dos Santos
Marcello Terto e Silva
Daiane Nogueira de Lira
Rodrigo Badaró

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

Secretária de Comunicação Social

Gabriela Guerreiro

Coordenador de Multimeios

Jônathas Seixas

PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL GESTÃO CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)

Secretária-Geral: Adriana Alves dos Santos Cruz

Juíza Auxiliar da Presidência: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Juiz Auxiliar da Presidência: Marcel da Silva Augusto Corrêa

Assessora-Chefe do Gabinete da Presidência: Leila Correia Mascarenhas Barreto



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)**

Representante Residente: Claudio Providas

Representante Residente Adjunta: Elisa Calcaterra

Coordenadora da Unidade de Programa: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento: Andréa Bolzon

Chefe de Operações para o Brasil: Caroline Brito Fernandes

Gerente Sênior do Programa Justiça Plural: Júlia Matravolgyi

Analista de Projetos de Justiça e Inovação: Luciana Freitas

Associada de Gestão de Projetos de Direitos Humanos e Acesso à Justiça: Livia Camila da Silva



PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL

Coordenadora-Geral: Tatiana Whately de Moura

Coordenadora-Geral Adjunta: Polliana de Andrade E Alencar

Coordenador Técnico: Vinicius Couto

Coordenadora Técnica Adjunta: Zuleica Garcia de Araújo

Coordenadora de Pesquisa: Carine Santos

Coordenadora de Capacitações e Gestão do Conhecimento: Tamires Souza

Coordenadora de Comunicação: Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo

FICHA TÉCNICA

Autoria

Marcus Torres, Fernanda Novaes Cruz, Raquel D'Albuquerque

Revisão técnica

Carine Santos, Tamires Souza

Colaboradoras/es

Emília Ferreira, Higor Cataldo, Igo Ribeiro, Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Paula Napolião, Raíssa Alves, Wanessa Mendes De Araújo

Diagramação e comunicação

Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo, Demian Takahashi, Jéssica Nazareth

SUMÁRIO

1. Contexto.....	6
2. Instrumentos de Monitoramento	8
3. Perfil das/os Beneficiárias/os Respondentes.....	9
4. Avaliações do Programa	18
5. O Primeiro Aprovado.....	20
6. Considerações e Próximos Passos.....	21



1. CONTEXTO

O **Programa CNJ de Ação Afirmativa Bolsa de Estudo para Magistratura** foi criado em fevereiro de 2024 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a finalidade de ampliar a diversidade étnico-racial na magistratura e garantir condições mais competitivas e igualitárias nos concursos públicos, incluindo o Exame Nacional da Magistratura (ENAM).

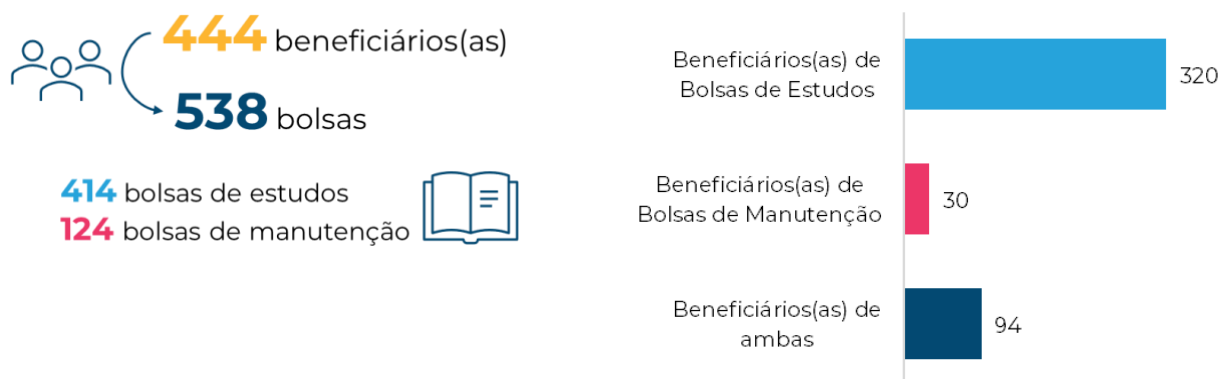
De acordo com o painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário, atualizado em 24.06.2025, a magistratura brasileira, que conta com um total de 18.932 magistradas/os, apresenta 81,12% de pessoas brancas, ou seja, 15.240 de magistradas/os autodeclaradas/os brancas/os, enquanto pretas/os e pardas/os e indígenas representam, respectivamente, 13,51% (2.539 pessoas) e 0,17% (32 pessoas).

O Programa busca viabilizar a preparação de pessoas negras e indígenas, com ou sem deficiência, para concorrer a vagas em concursos públicos da magistratura brasileira, por meio de apoio financeiro, educacional e pedagógico. Para participar, as/os candidatas/os deverão cumprir os seguintes requisitos: (i) ser negro(a) ou indígena, com ou sem deficiência, conforme declarações avaliadas institucionalmente por Tribunais Estaduais, de acordo com o Edital n. 01/2024 ENAM; (ii) estar habilitado(a) pelo ENAM; (iii) ter interesse em concursos públicos na carreira da magistratura em território nacional. Além disso, ser uma pessoa com deficiência foi o primeiro critério de desempate, enquanto o segundo foi a nota no ENAM.

O Programa engloba duas modalidades de bolsas: a primeira, intitulada “bolsa de manutenção”, trata-se de um auxílio financeiro mensal no valor de R\$3.000,00 e a segunda, intitulada “bolsa de estudos”, trata-se de bolsa integral em cursos preparatórios para concursos da magistratura. Em junho de 2025, o levantamento a partir das bases de informação das/os beneficiárias/os do Programa identificou 444 pessoas beneficiárias e 538 bolsas concedidas, sendo 414 na modalidade estudo e 124 manutenção.



PANORAMA DE BENEFICIÁRIOS(AS) DO PROGRAMA



O Programa Justiça Plural, fruto do acordo de cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se insere como parceiro no processo de monitoramento dos resultados alcançados pela iniciativa, promovendo, com isso, um Poder Judiciário acessível, inclusivo e transparente.

Este relatório tem como objetivo contribuir para o monitoramento do Programa CNJ de Ação Afirmativa, apresentando uma análise multidimensional do perfil das(os) beneficiárias(os) com base em dados preliminares. São explorados aspectos de suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais, bem como elementos relacionados à rotina de estudos e à avaliação do próprio Programa. Além disso, o documento traz resultados iniciais da etapa qualitativa de coleta de dados, realizada por meio de entrevistas com as(os) beneficiárias(os) que obtiveram êxito em seus processos seletivos rumo à magistratura.



2. INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO

A estratégia de monitoramento adotada contou com dois instrumentos de coleta de dados para acompanhar a implementação do Programa.

Primeiro, aplicou-se um questionário estruturado a partir da **metodologia de survey**, do tipo *Computer Assisted Self-Interview* (CASI) e hospedado na plataforma *Microsoft Forms*. O questionário contava com 47 perguntas abertas e fechadas, com tempo estimado de resposta de 14 minutos. As/os 444 beneficiárias/os do Programa foram contactadas/os via e-mail e convidadas/os a participarem do preenchimento do questionário. As respostas foram coletadas entre os dias 27/06/2025 e 26/07/2025.

No período foram coletadas 372 respostas, mas foram identificadas respostas em duplicidade ou até três respostas de um/a mesma/o beneficiária/o. Nestes casos, considerou-se apenas a última resposta fornecida pelo respondente, o que levou à exclusão de 50 casos. Portanto, as análises apresentadas a seguir contemplam **322 beneficiárias/os respondentes**, número que representa um pouco mais de 72% do total de beneficiárias/os do Programa. Neste documento, constam os resultados preliminares referentes ao perfil sociodemográfico e acadêmico das/os beneficiárias/os respondentes ao *survey*.

Além disso, adotou-se a estratégia de realizar entrevistas semiestruturadas com as/os beneficiárias/os do Programa que obtiveram êxito em concurso para magistratura. Nessa ocasião, busca-se aprofundar em aspectos da trajetória e experiência da/o beneficiária/o com o Programa. Até julho/2025, realizou-se uma entrevista com o primeiro aprovado, cuja análise preliminar fornece a percepção do beneficiário sobre a relevância e contribuição do Programa em sua trajetória.



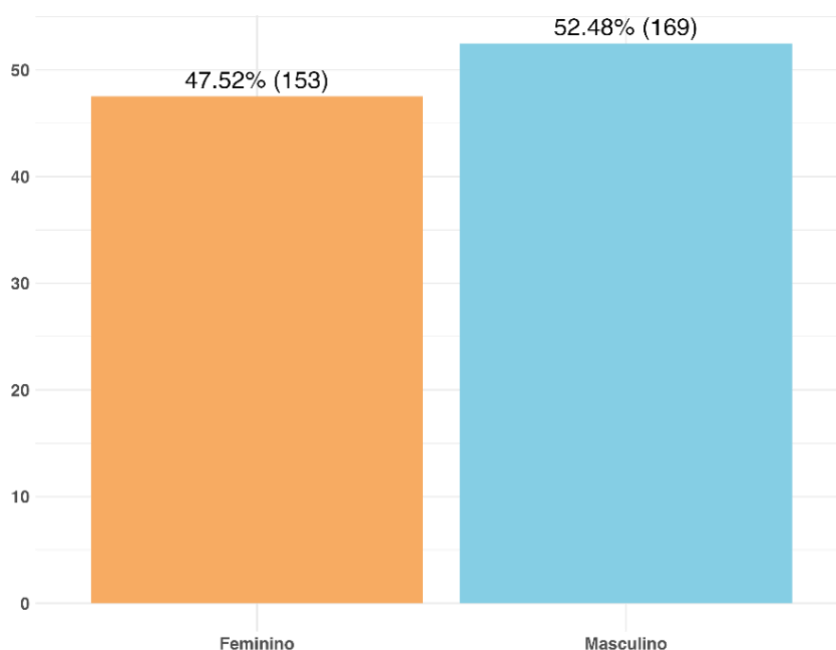
3. PERFIL DAS/OS BENEFICIÁRIAS/OS RESPONDENTES

No decorrer do período de recebimento das respostas, foram identificados:

- 110 questionários de bolsistas de manutenção;
- 300 questionários de bolsistas de estudos;
- 88 questionários de beneficiários de ambas as bolsas.

A análise do perfil sociodemográfico revela que, no que se refere a **gênero**, dos 322 respondentes, 153 (47,5%) são mulheres e 169 (52,5%) homens.

Gráfico 1: Gênero das/os beneficiárias/os respondentes

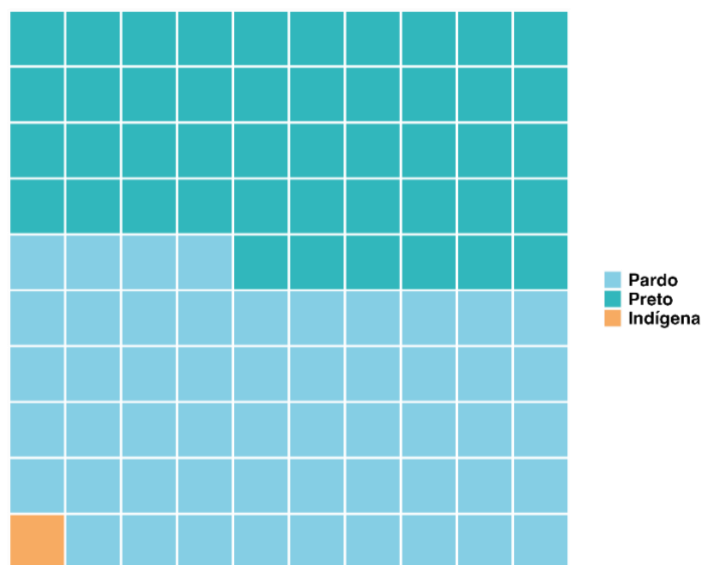


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.



Em relação à **raça/cor** das/os candidatas/os respondentes, grande parte se declarou pardo (53%) ou preto (46%). Apenas três beneficiárias/os se declararam indígenas (1%): uma mulher da etnia Kokama (AM), um homem da etnia Baré (AM) e outro homem da etnia Xukuru (PE).

Gráfico 2: Raça/Cor das/os beneficiárias/os respondentes

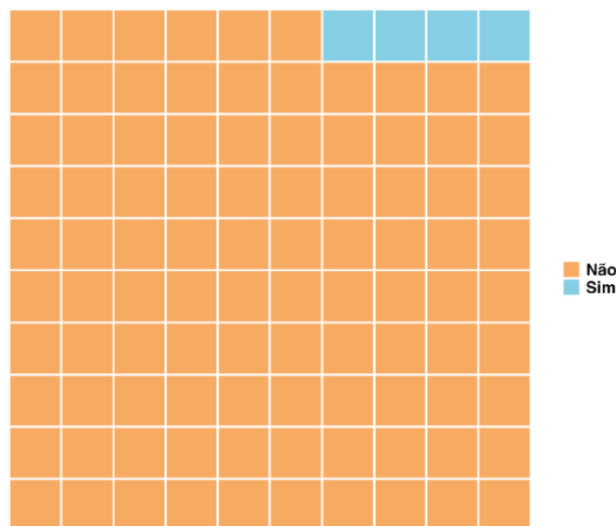


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

A análise dos dados indica que apenas 4% declararam possuir algum tipo de **deficiência**, enquanto 96% afirmaram não ter deficiência.



Gráfico 3: Pessoa com deficiência entre as/os beneficiárias/os respondentes

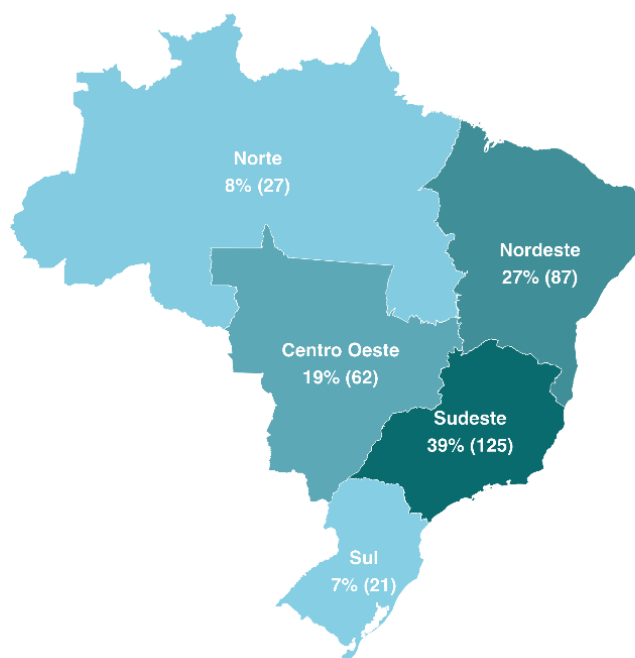


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

A **distribuição regional** das/os beneficiárias/os do Programa revela uma concentração de 39% da região Sudeste, seguida pelo Nordeste, com 27%. Norte e Sul têm proporções semelhantes (8% e 7%, respectivamente). Ao todo, 54% dos respondentes vivem nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Mapa 1: Local de residência das/os beneficiárias/os respondentes

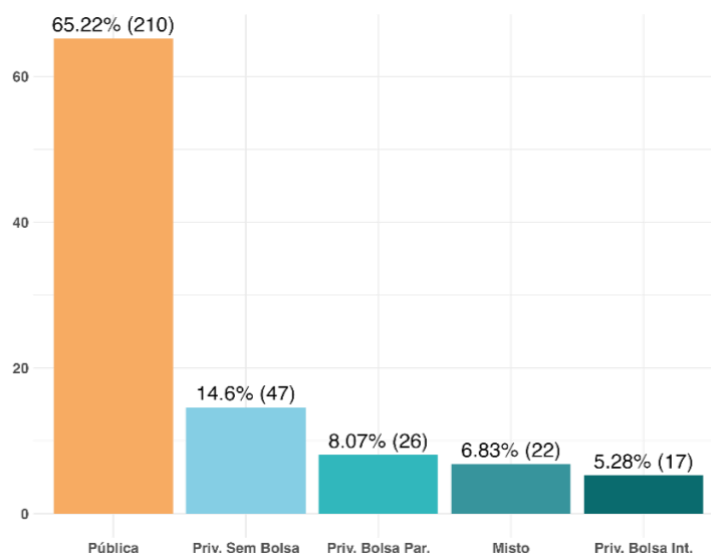


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

Um importante aspecto do perfil das/os beneficiárias/os do Programa se refere à **escolaridade**, especialmente em termos de acesso a diferentes redes de ensino em toda sua trajetória. Aproximadamente 70% das/os bolsistas cursaram o ensino médio de forma gratuita, seja em escola pública ou com bolsa integral em escola privada.



Gráfico 4: Tipo de escola de Ensino Médio e Instituição de Ensino Superior das/os beneficiárias/os respondentes



Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

Já no nível superior, 7 em cada 10 beneficiárias/os respondentes estudaram em Universidades Privadas (226 respondentes), frente a 96 de Universidade Pública (30%). Das/os que estudaram em universidade privada, 65% (158) utilizaram PROUNI, FIES ou outro tipo de financiamento.

7 em cada 10 estudantes

estudaram em universidade privada



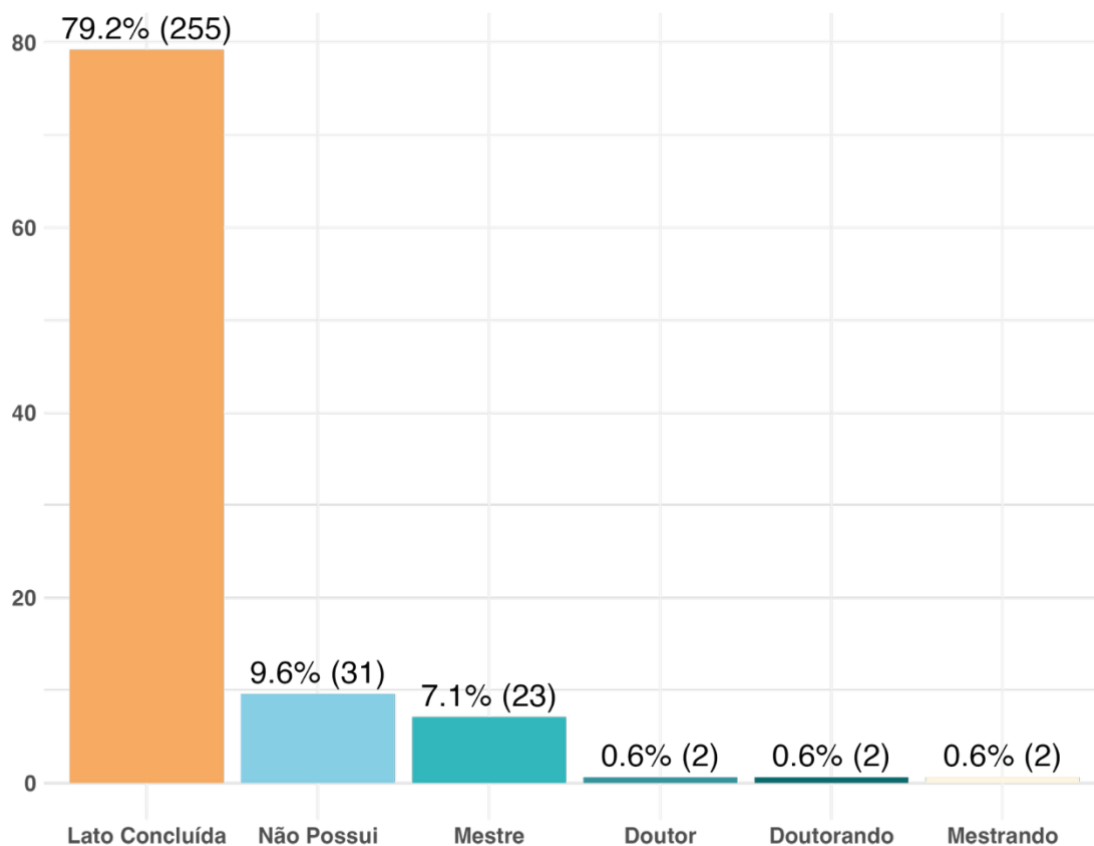
● Estudantes de Universidade Privada ● Estudantes de Universidade Pública

Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.



A grande maioria das/os respondentes (79,2%) declarou possuir formação em pós-graduação lato sensu (especialização). Em contraste, apenas 9,6% afirmaram não possuir nenhuma formação pós-graduada. As demais formações aparecem em proporções menores: 7,1% concluíram o mestrado; 0,6% concluíram o doutorado; e outros 1,2% estão atualmente cursando mestrado (0,6%) ou doutorado (0,6%).

Gráfico 5: Presença de pós-graduação entre as/os beneficiárias/os respondentes

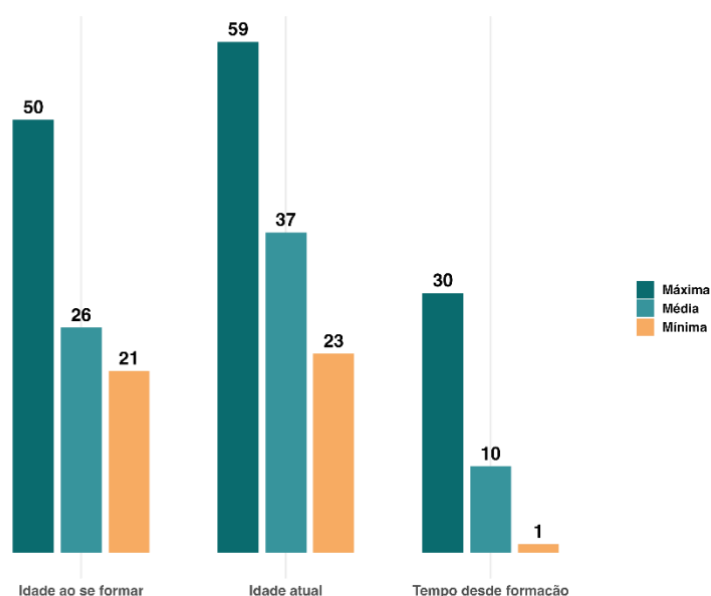


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.



Como podemos ver no gráfico a seguir, o **perfil etário e formativo** das/os beneficiárias/os é variado. Em média, as/os beneficiárias/os possuíam 26 anos ao se formar. A média de idade atual dos respondentes é de 37 anos, com uma mínima de 23 anos e um máximo de 59. Por fim, em relação ao tempo de formado, a média é de 10 anos, a mínima de apenas um ano e a máxima é de 30 anos.

Gráfico 6: Perfil etário das/os beneficiárias/os respondentes



Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

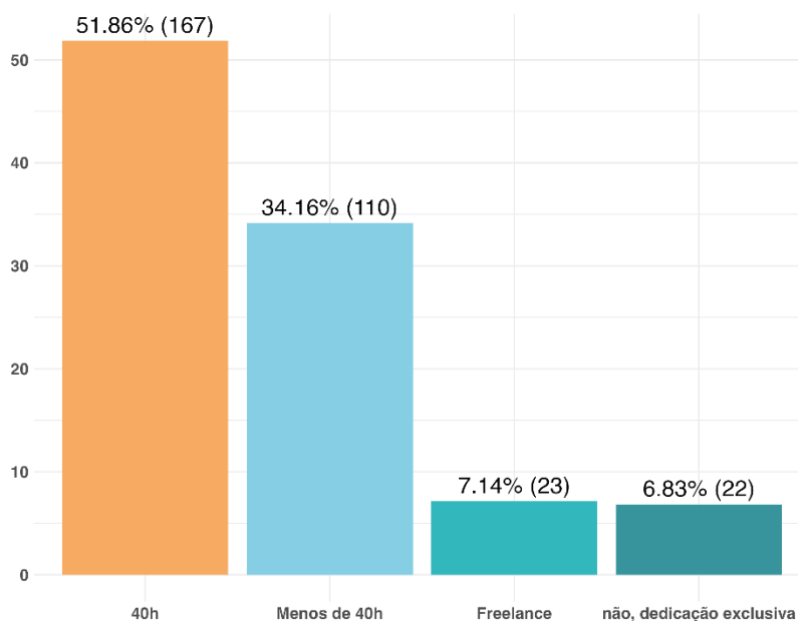
O perfil sociodemográfico mapeado evidencia a diversidade de trajetórias e experiências das(os) beneficiárias(os) do Programa CNJ de Ação Afirmativa, refletindo tanto a pluralidade regional, racial e de gênero quanto diferentes percursos educacionais e profissionais. O predomínio de pessoas que recorreram a bolsas ou financiamentos para cursar o ensino superior, bem como a elevada proporção de respondentes com pós-graduação, demonstra um público fortemente engajado com a formação acadêmica, mesmo diante de desafios estruturais de acesso. Esses resultados reforçam a importância do Programa na promoção de oportunidades voltadas à democratização do acesso à magistratura e apontam para a relevância de políticas de



inclusão capazes de reduzir desigualdades históricas no sistema de justiça.

No que tange à **rotina de trabalho e estudos**, aproximadamente 93% das/os respondentes afirmou que precisam conciliar trabalho e estudo, sendo que 51,86% trabalham 40 horas, 34,16% menos de 40 horas e 7,14% são *freelancer*. Apenas 6,83% declararam conseguir ter dedicação exclusiva.

Gráfico 7: Rotina de trabalho e estudos entre as/os beneficiárias/os respondentes

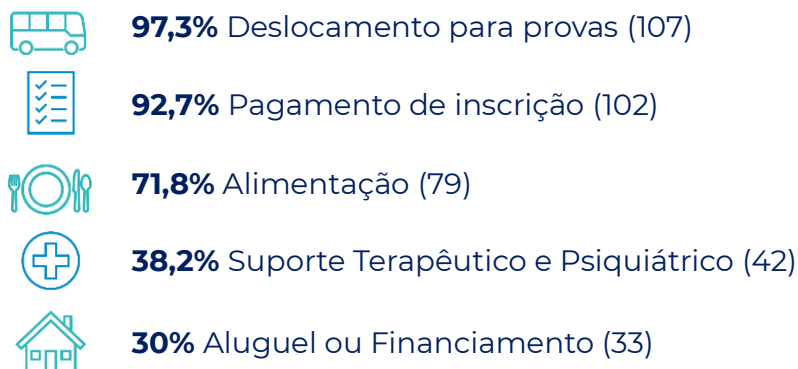


Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

Entre as beneficiárias/os do Programa que foram contemplados com **bolsas de estudos**, os cursos mais utilizados pelos respondentes são: EMERJ (24%), GRAN CURSOS (20,81%), EMAP (4,35%), APROVAJURIS (4%) e ESMAFE-PR (3%). Já entre aquelas/es beneficiárias/os das **bolsas de manutenção**, nota-se que a utilização dos recursos tem finalidades diversas.



Quando questionados sobre onde alocaram os recursos obtidos, a maior parte das/os respondentes que recebem a bolsa de manutenção informou utilizar em deslocamento para as provas (97,3%), seguido por pagamento de inscrição de concursos (92,7%). Outros gastos mencionados foram: alimentação (71,8%), suporte terapêutico e psiquiátrico (38,2%) e aluguel ou financiamento (30%). Por fim, 68,2% também indicaram ter outros gastos.



Fonte: Survey com Beneficiárias/os do Programa.

Os dados sobre a rotina de trabalho e estudos evidenciam os desafios enfrentados pelas/os beneficiárias/os na conciliação das múltiplas demandas, visto que a ampla maioria precisa equilibrar atividades profissionais e preparação para os concursos, com reduzida possibilidade de dedicação exclusiva. A diversidade de utilização das bolsas reflete o apoio a despesas essenciais, como deslocamento, inscrições e até cuidados com a saúde mental, fundamentais para a continuidade da trajetória de estudos. Esses achados reforçam a relevância do Programa ao proporcionar condições materiais que possibilitam maior equidade de oportunidades no acesso à magistratura.



4. AVALIAÇÕES DO PROGRAMA

As/os candidatas/os foram convidadas/os a avaliar o Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura atribuindo notas entre 0 e 10. A **avaliação média do Programa foi de 8,45**. Em seguida foi solicitado que as/os candidatas/os explicassem os motivos para as notas atribuídas. A seguir são apontadas algumas das explicações, que indicam as potencialidades do Programa e apontam caminhos para o seu fortalecimento.

*“Quem, filho de pai trabalhador rural (lavrador) e mãe empregada doméstica, foi alfabetizado aos 10 anos, foi engraxate e aos 15 deixou a escola para trabalhar de servente de pedreiro e retomou os estudos a partir da quinta série no superior, foi aprovado em concurso de nível médio, depois ingressou no curso superior mediante empréstimo consignado, hoje ter a tranquilidade de saber que pode contar com o **apoio financeiro para cobrir os custos com passagem, alimentação, cursos preparatórios e inscrição faz toda a diferença**. Tanto o é que somente após o Programa consegui atingir a nota de corte na ampla porque tive paz para estudar. Sou grato por ter sido contemplado com a bolsa, que está gerando resultado positivo.”*

*“[O Programa] possibilita **maior tranquilidade financeira, e consequentemente, psicológica**, para quem está prestando concurso para magistratura e tem que arcar com os gastos enormes que estão envolvidos na preparação. Sem esse auxílio financeiro, não conseguiria ter condições para **viajar para outros estados, comprar vade mecum, hospedagem, alimentação, cursos de segunda fase e apoio psicológico e psiquiátrico**.”*

*“A realidade do concurso é deveras difícil, seja a do não concursado, seja a do concursado, pois, muitas vezes, é no cargo público que nós encontramos a solução financeira para nossa família, não dispondo de outra fonte de renda e, também, comprometendo toda sua remuneração com a **manutenção da família**. Assim, essas ações afirmativas dão um fôlego a mais para os concurseiros!”*



*“Muito importante ação do CNJ para garantir mais diversidade na magistratura e oportunidade aos que, como eu, não possuem família rica ou **acesso físico contínuo a ambientes de ensino e cursos específicos** em grandes centros.”*

*“Atribuo nota 9 ao Programa CNJ de Ações Afirmativas para o ingresso na magistratura por reconhecer sua relevância enquanto política institucional de enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o acesso às carreiras jurídicas, especialmente à magistratura. A iniciativa representa um avanço no compromisso do Poder Judiciário com a promoção da equidade racial e social, incorporando de forma concreta as diretrizes constitucionais da igualdade material (art. 5º, caput, e art. 3º, III e IV, da Constituição Federal), além de observar os marcos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A nota 9, e não 10, justifica-se pela **necessidade de aperfeiçoamento na implementação dos mecanismos de heteroidentificação, com maior uniformização de critérios, composição das bancas e garantia de contraditório e ampla defesa**. Também seria desejável o fortalecimento do acompanhamento e da transparência em relação aos resultados concretos do Programa, inclusive quanto ao impacto da política afirmativa na composição social e racial da magistratura ao longo do tempo. Em suma, trata-se de uma política meritória, com fundamentos sólidos e potencial transformador, que merece continuidade e aprimoramento.”*



5. O PRIMEIRO APROVADO

O Programa teve o seu primeiro aprovado como Magistrado Estadual em 2025. A equipe do Programa Justiça Plural entrou em contato com o ex-beneficiário por e-mail e em julho de 2025 realizou uma entrevista, a fim de conhecer sua trajetória e experiência com a iniciativa. Destacam-se os seguintes achados:

- “A primeira fase dos concursos da magistratura é a financeira”, ele comentou, indicando os **altos custos para o acesso à magistratura**. Apesar de já ser servidor público do Executivo Federal na ocasião do concurso, o atual magistrado afirmou que teve gastos muito superiores à sua remuneração para realizar as provas. Teve que entrar em empréstimos consignados para pagar as provas. No total de 12 provas, gastou “aproximadamente R\$ 97.000”;
- Ele estudou a vida inteira praticamente em **escola pública**, mas fez o curso de Direito em uma Universidade de cidade de médio porte no interior da Bahia;
- Conheceu o Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura por grupo de aplicativo de mensagens, sendo **uma rede de apoio de pessoas pretas e pardas**;
- Ele afirmou que a bolsa manutenção ajudou principalmente quando ele decidiu **tirar licença do seu cargo e precisava pagar as contas** para estudar. Ele mencionou que estava desistindo da magistratura quando começou a receber a bolsa. Estava estudando há 4 anos.



6. CONSIDERAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS

Embora esse documento ainda apresente conclusões preliminares, a partir dele é possível destacar alguns pontos sobre o Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura. São eles:

- 1) O Programa foi capaz de contemplar pessoas pardas e pretas, entretanto, ainda é necessário ampliar a participação de **pessoas indígenas e pessoas com deficiência**. Neste sentido, novas edições podem contemplar estratégias específicas de sensibilização para este público;
- 2) O Programa parece eficaz em contemplar **pessoas em condições sociais mais vulnerabilizadas**, um exemplo neste sentido é a maioria das/os beneficiárias/os (70%) ter origem de escolas públicas ou privadas com bolsas integrais;
- 3) O Programa foi capaz de atingir **diversidade regional**. Neste sentido, é possível identificar a presença de beneficiárias/os em todas as regiões do país, com destaque para Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Isso demonstra que o Programa tem potencial para desconcentrar as oportunidades e fortalecer a interiorização do acesso à carreira da magistratura;
- 4) Foi possível identificar ainda **diversidade etária** entre as/os beneficiárias/os, o que pode contribuir para ampliar o perfil etário de futuras/os magistradas/os;
- 5) A **Bolsa de Manutenção é percebida como essencial** para as/os beneficiárias/os. Embora tenham identificado diferentes usos para o valor recebido, ela tem sido utilizada especialmente para custear deslocamento e inscrição em concursos. Neste sentido, as bolsas permitem que as/os beneficiárias/os participem de mais provas e com maior conforto ou tranquilidade. Isso também foi corroborado pelo primeiro aprovado.
- 6) De modo geral, a avaliação do Programa é positiva. Nesse sentido, as/os candidatas/os destacam como **as bolsas têm contribuído significativamente para a manutenção da rotina de estudos**. Ao mesmo tempo, as/os candidatas/os apontam caminhos possíveis para o fortalecimento do Programa, entre eles, o aumento da transparência no processo de seleção para as bolsas,



o aumento da oferta de cursos e a possibilidade de prorrogação do auxílio recebido.

Em relação às próximas etapas, o monitoramento aprofundará as análises das variáveis presentes no questionário, assim como os cruzamentos entre elas, de modo a ter uma investigação mais aprofundada. Além disso, pretende-se comparar os resultados com outras pesquisas que mapeiem o perfil da magistratura brasileira e das/os candidatas/os que realizaram o Exame Nacional da Magistratura (ENAM).

Finalmente, a realização de mais entrevistas com beneficiárias/os aprovadas/os em concursos, permitirá aprofundar alguns dos aspectos apresentados neste relatório, bem como outros temas relevantes da trajetória das/os bolsistas.



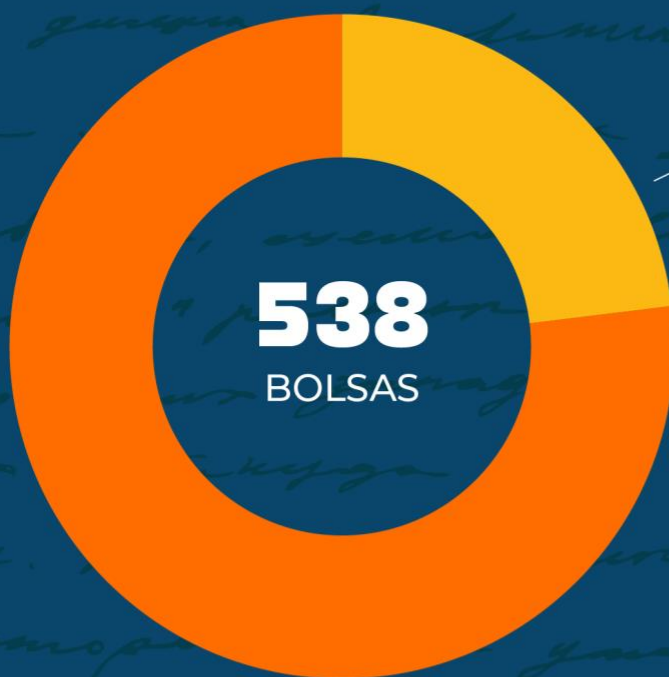
O Programa CNJ de Ação Afirmativa está ajudando a transformar o perfil da magistratura brasileira

Saiba mais sobre a iniciativa





Criado em fevereiro de 2024, o programa busca ampliar a representatividade racial no Poder Judiciário



124 bolsas de manutenção

414 bolsas de estudos

94 recebem ambas as bolsas

444 BENEFICIÁRIOS

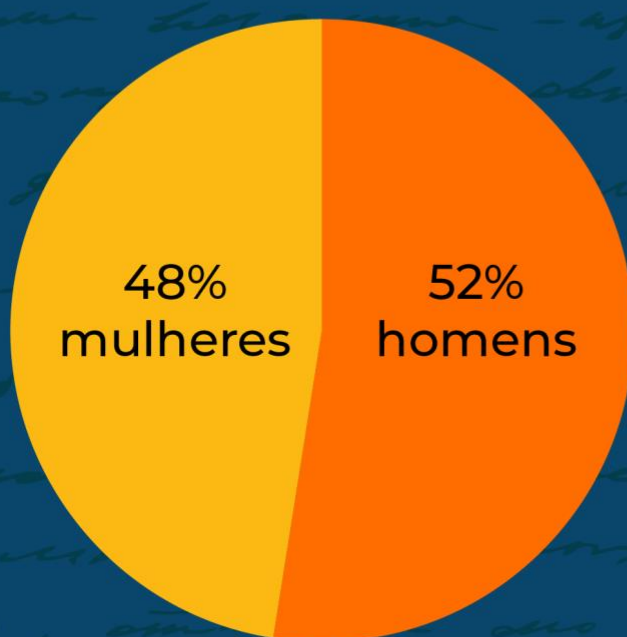


320 recebem bolsas de estudo

30 recebem bolsas de manutenção



CONFIRA ALGUNS RESULTADOS DO MONITORAMENTO PRELIMINAR DA INICIATIVA



46% pretos

53% pardos

1% indígenas

65%
estudaram em
escolas públicas
no ensino médio

53% conciliam 40h de
trabalho com estudos



79%
tem pós-graduação

34% trabalham
menos de 40h



COMO OS BOLSISTAS DE MANUTENÇÃO UTILIZAM O AUXÍLIO





Muito importante ação do CNJ para garantir mais diversidade na magistratura e oportunidade aos que, como eu, não possuem família rica ou acesso físico contínuo a ambientes de ensino e cursos específicos em grandes centros”

— Beneficiária do programa

O Programa Justiça Plural é uma iniciativa do CNJ em parceria com o PNUD Brasil

Acesse: cnj.jus.br/justica-plural



JUSTIÇA PLURAL
DIREITOS HUMANOS EM FOCO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA